

Brasil pagará só US\$ 5 bi aos credores

O Governo brasileiro terá um entendimento apenas preliminar com a missão do Fundo Monetário Internacional que chega esta semana para acertar as bases da renegociação da dívida externa, mas já tem alguns parâmetros definidos: a remessa de divisas para pagamento de juros e amortização do principal não será superior a 5 bilhões de dólares anuais, e os prazos e condições de pagamento só serão acordados quando os primeiros resultados do plano econômico estiverem consolidados. Esse período de avaliação pode durar mais 60 dias.

RECESSÃO

Essas considerações foram feitas ontem pelo secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Geraldo Gardenalli, na plenária que o Conselho Federal de Economia realiza no Hotel Nacional, até hoje, com os representantes dos conselhos regionais.

Em nome da equipe econômica do Governo, Gardelli assegurou que o tratamento da dívida externa, até por uma questão de coerência, terá a mesma consistência do choque interno, e dos credores será exigida compreensão e uma contrapartida equivalente ao sacrifício da sociedade brasileira visando o ajuste econômico. Ele não deu qualquer sinal de quando o País suspenderá a moratória, que se arrasta desde novembro.

são no País. Hoje o Conselho Federal emite documento aberto à sociedade analisando os diversos aspectos do pacote e pedindo urgentes providências para o reaquecimento da economia, antes que a situação se torne irreversível e extremamente perigosa para o País.

Para a maioria dos economistas presentes, o Governo tem razão quando diz que a inflação está sob controle, mas erra quando afirma que não existe inflação nem perdas salariais para os trabalhadores. "Embora seja pequena, a inflação existe e o Governo poderia até desenvolver uma argumentação favorável à contenção dos salários nesse primeiro momento de ajuste, dentro do quadro de liquidez apertada, mas nunca negar as perdas, observou o presidente do Conselho Federal de Economia, Agamenon

Almeida, que, por outro lado, não as considera tão relevantes como vem afirmando o Dieese.

Outros pontos que, segundo Agamenon, vêm polemizando as discussões, referem-se à privatização das estatais, muitas sem justificativas convincentes nem critérios adequados; a constitucionalidade de várias medidas do pacote econômico e o aperto de liquidez na economia, "cuja dose foi excessiva e poderá provocar efeitos contrários aos desejados". Ele concorda que a reforma monetária trouxe uma carga de confisco sobre a renda da sociedade, inclusive dos trabalhadores de baixo poder aquisitivo, mas indaga se tal atitude não seria necessária a qualquer Governo que assumisse o País nas condições em que ele se encontrava.

Para o coordenador de Política Econômica do Conselho, Carlos

Artur Kriger Passos, nesse primeiro mês de vigência do plano, houve uma paralisação quase total dos agentes econômicos: os consumidores pararam de consumir; o comércio cancelou as encomendas e a indústria deixou de produzir. "Isso é natural que tenha ocorrido. Trata-se de uma recessão localizada, previsível. O que nos preocupa é que ela está durando demasiadamente e os setores vitais da atividade produtiva não dão o menor sinal de reaquecimento", observou Krige.

Conforme o economista, a paralisação dos setores da construção civil, indústria automobilística, bens de capital, agricultura e produtos de transporte, já não é mais fruto da perplexidade, e resultará, dentro de pouco tempo, em recessão dinamicamente provocada. O perigo persiste até mesmo se esses setores decidirem

retomar as atividades, pois se o nível de aquecimento não for suficiente, a recessão será igualmente nociva ao equilíbrio econômico do País.

Também convidado a participar do debate, o economista da UFRJ Antonio Barros de Castro fez uma avaliação positiva dos efeitos do plano econômico, alertando apenas para a necessidade de um programa de seguro-deemprego mais abrangente. Castro mostrou-se favorável ao controle rígido da liquidez e alertou o Governo para que evite "abrir novas torneiras". Para o economista, essa prática é perigosa, pois pode fazer retornar a inflação.

Para ele, o Governo deve manter nesse momento uma posição dura, a fim de forçar as empresas a se adaptarem à nova realidade econômica.